

O Feminino: Questão de Diferença

Organizadoras:

Georgina Maria Véras Motta

Marisa Sanabria



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS**



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS**

O Feminino: Questão de Diferença

Organizadoras:

Georgina Maria Vêras Motta
Marisa Sanabria

Imagem da capa: GODWARD, John William. **The Belvedere**. 1913. Disponível em: <<http://www.artrenewal.org>>. Acesso em: 09 fev. 2010.

Capa, projeto gráfico e editoração: Renato Reis Mota

Revisão: Ana Emília de Carvalho

Impressão: Editora: Ronna Editora Ltda

Tiragem: 1000 exemplares

F329 O feminino: questão de diferença / Georgina Maria Vêras Motta, Mariça Sanabria, organizadoras; autoras, Fátima Tolentino ... [et al.]. - Belo Horizonte : CRP 04, 2010.

64p.

Textos produzidos nas reuniões do Grupo de Trabalho: "O Feminino: Questão de Diferença" do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.

ISBN: 978-85-98515-03-08

1. Mulheres. 2. Identidade de Gênero. 3. Violência contra a mulher. I. Motta, Georgina Maria Vêras. II. Sanabria, Marisa. III. Tolentino, Fátima.

CDD: 306

Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais

Rua Timbiras, 1532 - 6º andar - Lourdes - Belo Horizonte - MG

FONE: (31) 2138-6767 - Fax:(31) 2138-6763

crp04@crp04.org.br

©2010 - Publicação do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor

CONSELHEIROS DO XII PLENÁRIO DO CRP-MG

DIRETORIA

Rogério de Oliveira Silva – Conselheiro Presidente
Rodrigo Tôrres Oliveira – Conselheiro-vice-presidente
Alexandre Rocha Araújo – Conselheiro-tesoureiro
Georgina Maria Veras Motta – Conselheiro-secretário

CONSELHEIROS

Adilson Rodrigues Coelho
Ângela Maria Oliveira Guimarães
Ana Clarice Augusto
Anselmo Duarte
Ana Paula Reis
Clerison Stelvio Garcia
Diana Ferreira
Dinacarla Gonzaga Piermatei
Elaine Maria do Carmo Zanolla Dias de Souza
Fuad Kyrillos Neto
Hélcia Maria da Silva Veriato Teixeira
Isabela Tannus Grama
Jaciera Siqueira Coelho
João Carlos Vale
Juliana de Paula Medeiros
Lourdes Aparecida Machado
Maria Mercedes Merry Brito
Marcelo Arinos Drummond Júnior
Rejane Silveira Mendes
Rodrigo Dubtchek de Figueiredo
Sebastião Carlos Generozo
Simone Monteiro Ribeiro
Túlio Louchard Picinini Teixeira
Walkyria Sales

SUMÁRIO

Introdução	7
1. O Feminino: Questão de Diferença	9
<i>Marisa Sanabria</i>	
2. A diferença que não é considerada	21
<i>Maria das Graças de Pinho Tavares</i>	
3. Gestão do trabalho, um outro olhar... ..	27
<i>Georgina Maria Vêras Motta</i>	
4. Violência contra as mulheres: uma questão de todos	33
<i>Márcia de Cássia Gomes</i>	
5. Algumas reflexões sobre o atendimento à paciente vítima de violência sexual	39
<i>Silvana Pontes Bueno</i>	
6. Considerações sobre a clínica	47
<i>Marisa Sanabria</i>	
7. Projeto Vida.....	53
<i>Viviane Carneiro Carvalho</i>	
8. Círculo como caminho de transformação da mulher	57
<i>Fátima Tolentino</i>	

Introdução

A reflexão sobre o entendimento da consciência feminina é uma das tarefas impostergáveis da contemporaneidade.

Nosso vínculo com o trabalho, a gestão da natureza e dos recursos, a construção de uma nova ética e de diferentes parâmetros de comportamento e a análise dos laços de afeto e do movimento das instituições nos desafiam com a irrupção de acontecimentos e propósitos para os quais nem sempre temos resposta.

“Pensar em feminino” quer dizer mudar o tom, transformar o diapasão, afastar-se da hierarquia, da linearidade e da violência de uma atitude hegemônica que aparece como a única opção possível.

“Questão de diferença” não é um assunto só de mulher, é uma proposta para perceber o singular no coletivo, as conexões na dispersão e as igualdades de oportunidades determinadas pelas diferenças de projetos e procedimentos.

A partir de nosso Grupo de Trabalho (GT), estendemos um convite a todos aqueles que se sentem estimulados por um trabalho de transformação sem exclusão, de disciplina sem rigidez, de tolerância sem perda dos limites... Enfim, de caminhar perambulando.

As autoras

1. O Feminino: Questão de Diferença

Marisa Sanabria¹

“Que Vênus eram aquelas? Esculpidas com nádegas e seios enormes pendendo sobre grandes barrigas? Que figuras foram que percorreram desde os Pirineos até a Sibéria, passando pela França, Tchecoslováquia, Itália e Ucrânia?... Do Paleolítico superior até o início da era patriarcal indo-européia, a adoração à grande deusa era universal... foram períodos perdidos para a história escrita, nos quais os grupos humanos eram mais igualitários e conectados por vínculos pacíficos...”²

Sabemos hoje que existiram berços da civilização muito antigos onde a convivência era solidária, com ausência de destruição e conquista armada, as mulheres eram reconhecidas e os valores de solidariedade tinham grande relevância.

Disciplinas como a Antropologia e a Arqueologia nos falam amplamente destas estruturas. James Mallart, conhecido arqueólogo e pesquisador, investigou em profundidade Çatal Hüyük³, uma antiga civilização muitos anos anterior à Suméria próspera, pacífica e adoradora de uma deusa.

O ponto culminante deste tipo de agrupamento foi a Creta Minóica, tecnologicamente desenvolvida com viadutos e calçadas pavimentadas onde as mulheres eram homenageadas como capitães de barco. A este respeito, Nicolas Planton, diretor do Museu de Arqueologia de Creta, menciona: “Todos os aspectos da vida estavam impregnados por uma fé ardente na deusa natureza... amor à paz, horror à tirania e respeito pela lei...”⁴

¹ Psicóloga CRP 04-5350. Mestre em Filosofia – Universidade Federal de Minas Gerais.

² CAMPBELL, Joseph. *Todos os Nomes da Deusa*, 2000, p. 125.

³ RIANE, Eisler. La transformación social y lo Feminino. In: ZWEIG, Connie (Org.). *Ser Mujer*, 2001. Cap. II, p. 61.

⁴ ZWEIG, Connie. *Op cit.*, p. 62.

Estas sociedades utilizavam o princípio de conexão no lugar da organização por hierarquias, uma característica do sistema patriarcal, um modelo de cooperação em oposição à exclusão ou à rivalidade. Estas formações, que usavam como símbolos a lua, a vulva e a borboleta, não conheciam os exércitos nem as fortificações militares e o seu modelo de funcionamento era comunitário e próspero.

Não podemos nomeá-las de matriarcado, como nos alerta a antropóloga Riane Eisler: “A verdadeira alternativa ao patriarcado não é o matriarcado, porque este é apenas o outro lado da moeda dominadora, mantendo o princípio de hierarquias”⁵.

O biólogo Humberto Maturana as menciona como culturas matrísticas ou matricêntricas, explicando que na cultura patriarcal o individual e o social se contrapõem, porque o individual se afirma pela negação do outro, a valoração da competência e da luta. Na cultura matrística pré-patriarcal, o social e o individual não se contrapõem porque o individual surge a partir da convivência e da cooperação com os outros⁶.

Marija Gimbutas utiliza o termo “ginocêntrico” para marcar estruturas determinadas claramente pela tolerância, pela partilha e pela receptividade; seus estudos sobre a extinção destas culturas são eloquentes, mostrando as invasões indo-europeias, povos vindos das estepes áridas do norte da Europa dedicados ao saqueio e à guerra.

Desaparecem a cerâmica e as diversas formas de arte, as tumbas mostram robustos esqueletos masculinos e o sacrifício de mulheres e crianças glorificando cenas de matança, saqueios e estupros ao serviço de deuses terrenos que glorificam o poder e veneram a morte⁷.

Assim, em termos de civilização, condenamos ao ostracismo o que a antropologia denomina princípio feminino, aquele que determina

⁵ RIANE, Eisler. *El Cáliz y la Espada, Nuestra Historia, Nuestro Futuro*, 2006, p. 75.

⁶ RIANE, Eisler. *Op.cit*, p. 4.

⁷ GIMBUTAS, Marija. *Los Dioses y las Diosas de la Vieja Europa del 7000 al 3.500 a.C.*, 1985.

estruturas solidárias e harmônicas e valores de cooperação e partilha, condenando-nos a um panorama sangrento de lutas, abusos e crueldades.

A socióloga Jessie Bernard⁸ nos alerta para a urgência social de restaurar o que nomeia como qualidades diferenciais femininas em todas as áreas da nossa gestão social, econômica e política, incorporando comportamentos que, até então, considerávamos pouco eficientes e produtivos e que localizávamos somente nas mulheres, como a tolerância, o acolhimento e a ética do cuidado.

Feminino é um adjetivo derivado da palavra *femina*, que significa mulher, descreve algo que pertence às mulheres, aquilo que tem qualidades ou características que se aplicam a elas, como delicado, amável, etc. Para determinar o feminino, é imprescindível diferenciar: mulher, gênero e arquétipo. Os órgãos sexuais determinam o que é homem e o que é mulher com suas capacidades reprodutivas e definem um gênero como uma classe, ou agrupamento de indivíduos, uma categoria com traços comuns.

Arquétipo, segundo Jung⁹, seriam imagens primordiais, representações inconscientes dotadas de uma energia própria que podem fornecer interpretações significativas no sentido simbólico, criando mitos, filosofias ou religiões e que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras.

Assim o feminino não se refere aos órgãos sexuais nem se esgota nas referências arquetípicas, ele está vinculado a uma estrutura de consciência, o que quer dizer que pode ser vivido sem se identificar com o masculino como uma forma de funcionar, não precisa atuar de forma reativa para se defender e não tem que compensar alguma coisa que lhe falta para poder existir. São estes os traços e os posicionamentos característicos que as mulheres ocupam na estrutura social para poder determinar o seu lugar.

⁸ ZWEIG, Connie. *Op.cit.* COLEGRAVE, Sukie, *El Desarrollo del Principio Feminino en la Consciencia Humana*, p. 48.

⁹ JUNG, C.G. *O Homem e seus símbolos*, 1964, p. 87.

“Quando me refiro ao feminino, não estou falando de um princípio materno... a consciência feminina significa mergulhar nesse enraizamento e reconhecer quem é você... Tem a ver com o afeto e a capacidade de receber e com entregar-se ao seu próprio destino com total consciência de forças e limitações...”¹⁰

Esta definição de Marion Woodman nos fala da lucidez de consciência que insistimos em não escutar por causa de uma atividade febril, dos vícios, do sexo, dos artifícios do mundo moderno e da nossa identificação integral com o aspecto patriarcal, guerreiro, eficiente, desumanizado e tecnológico da nossa cultura.

Camuflamos o ritmo lento da vida e nós, tanto homens como mulheres, não entregamos, não desaceleramos, controlamos tudo o tempo inteiro, insistimos em procurar a perfeição, adoecemos e vivemos uma angustiada situação de vida.

O patriarcado, como forma social, localiza o macho como cabeça da tribo, organizando uma particular convivência institucional e uma política marcada pelo individualismo feroz, a luta pelo domínio e o desprezo pelos interesses coletivos.

A mulher contemporânea se tem conectado amplamente com o aspecto masculino da cultura, lutando e reproduzindo relações de poder e submissão. O mundo ocidental e sua glorificação da razão, da objetividade e da separatividade descartam o subjetivo e as vivências vitais nas quais reconhecemos quem somos; assim, dentro de cada um de nós, reproduzimos o gesto civilizatório que oprimiu o feminino na história.

O psicólogo Robert Stein¹¹ ilustra muito bem esta situação, mencionando Apolo como um deus distante e sem envolvimento,

¹⁰ WOODMAN, Marion. *A Feminilidade Consciente*, 2003, p. 123.

¹¹ ZWEIG, Connie. *Op. cit.* STEIN, Robert. *De la Liberación de las mujeres a la liberación de lo femenino*, p. 78.

interessado na claridade, na ordem e na moderação; ele personifica o espírito patriarcal e a tendência ao afastamento.

O impulso feminino, diz Stein, é dionisíaco e Dionísio era um deus venerado pelas mulheres na Grécia, seu mundo era o mistério e os poderes da Terra, personificava a proximidade, a união e o contato com os demais.

Nosso mundo é apolíneo e sem emoção, organizado a partir de estruturas conduzidas por uma inteligência diretiva; desta forma, teremos êxito se somos despersonalizados e distantes, condenando o feminino dionisíaco à sombra, a uma segunda categoria sem rendimento, sem reconhecimento e, sobretudo, sem lucro ou ganhos específicos.

Não há no feminino nada inquisitório, cortante ou dominador (no sentido patriarcal)¹². Pelo contrário, ele nos remete à receptividade, nutrição e solidez; aparentemente submisso, ele respeita e venera o mistério, mas na nossa cultura esta atitude não dá resultados palpáveis. Assim, homens e mulheres, nós somos convocados para funcionar e sermos produtivos.

Nosso comando patriarcal interno nos faz sentir a todos, sobretudo as mulheres, envergonhados, inadequados e frágeis quando não nos identificamos com a eficiência no funcionamento. Assistimos constantemente a mulheres irritadiças, doentes e com um entristecimento severo como pano de fundo da sua existência.

Nossa estrutura contemporânea não conhece a alegria, que nada tem que ver com o consumo imediato. Somos uma civilização sem enigmas, tudo pode ser revelado, traduzido, entendido, decifrado e reproduzido. Marion Woodman¹³ nos diz que, em estado de vício e de submissão, não podemos saber quem somos ou quais são os nossos propósitos.

¹² ZWEIG, Connie. *Op.cit.*, p.79.

¹³ WOODMAN, Marion. *Op.cit.*, p. 128.

Vitimamos o feminino dentro de nós e vivemos freneticamente aderidos ao plano material de propósitos acumuláveis. Pensar esta questão nos leva ao desafio de entender outras formas de convivência, assim como a saída de um ego individual triunfante como único fator de domínio, trata-se de uma outra maneira de conduzir nossos relacionamentos que nos desidentifique com o modo patriarcal.

A história sempre nos mostrou o feminino como um gesto de submissão, passividade, ineficiência e medo, localizado em atitudes de mulher. Hoje este traço aparece como uma opção à tirania da modernidade, porque exige uma consciência de vontade própria, uma liberdade para abandonar padrões e modelos impostos e uma proposta de conexão e convivência mais solidária e pacífica em oposição clara à ordem hierárquica patriarcal.

Jane Wheelwright, em seu trabalho “La ruptura de la identificación com el animus para encontrar lo femenino”¹⁴, fala-nos de um “biológico feminino” como um centro de consciência individual que se opõe radicalmente àquilo que a sociedade espera de uma mulher, como, por exemplo, ser a rainha do lar, a mãe dedicada ou a sedutora estimuladora de desejos. Este centro feminino é um espaço de produção e criação em qualquer área, intelectual, artística e emocional, uma expressão de liberdade e de escolhas pessoais. Assim, quando pensamos o feminino, deixamos de entendê-lo como um adjetivo agregado, como o mundo patriarcal nos fez entender, para torná-lo um substantivo que nos leva a adotar uma outra ordem para os relacionamentos, as formas de trabalhar e de dar sentido à vida, seguindo um padrão não determinado, um estilo próprio que responda a uma demanda pessoal e não a uma necessidade de aceitação, inclusão ou de reconhecimento institucional.

O mundo contemporâneo masculinizou a mulher para resolver as desigualdades que, na prática, não foram solucionadas. Para a advogada

¹⁴ WHEELWRIGHT, Jane. La ruptura de la identificación com el animus para encontrar lo femenino. In: ZWEIG, Connie. *Op. cit.*, p. 179.

carioca Rosiska Darcy de Oliveira¹⁵, não sabemos negociar o mundo privado e público e continuamos funcionando na cadência das máquinas do século XIX, em que existia uma dedicação exclusiva ao mundo doméstico.

A luta pelas igualdades escondeu algumas diferenças cruciais e as mulheres permaneceram com várias jornadas laborais e sobrecarregadas; hoje entendemos que o que deveria ter sido explicitado era a distinção entre possibilidades e direitos civis.

A profa. Victoria Camps¹⁶, da Universidade de Valencia, diz que duvidamos de que os valores ditos femininos, como cooperação, responsabilidade ou afeto, sejam eficientes ou decisivos em um mundo caracterizado pela prepotência e pela indiferença. Na nossa sociedade, o tempo dedicado à família e à educação é considerado reprodutivo e ele se opõe ao tempo produtivo e público.

O dilema que se coloca para as mulheres entre público e privado, ou entre cuidar de seu filho ou ocupar um cargo em uma empresa, é uma situação que camufla a falta de compromisso do masculino, como se sua responsabilidade fosse exclusivamente o funcionamento do âmbito público, evitando ou desviando-se das solicitações do espaço privado onde se encontram o que alguns sociólogos chamam de valores suaves.

Transladamos para a vida íntima o modelo da vida pública, mas não sabemos levar para o público os traços de cuidado ou tolerância do mundo privado.

É preciso feminizar o coletivo, quer dizer, construir uma nova ética e um novo paradigma de consciência, modificando a forma de fazer política, de considerar os espaços sociais e a cidadania, para poder exercer o que a profa. Victoria Camps define como uma cidadania diferenciada, o princípio que se conhece como discriminação positiva pensada para favorecer os excluídos.

¹⁵ OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença, o feminino emergente*, 1999, p. 79.

¹⁶ CAMPS, Victoria. *El siglo de las mujeres*, 2003, p. 42.

“Aquel femenino de las igualdades se prolonga en el femenino de las diferencias.”¹⁷

Não se trata de recuperar um gesto nostálgico ou de cultivar a caricatura do eterno feminino, mas de uma vivência sem hierarquias e de uma proposta sem ambiguidades. A palavra tão vigente hoje, de que o privado é político, leva-nos a refletir sobre qual é a medida do feminino, porque o preço para participar de ambos os mundos, público e privado, é uma conta que até o momento as mulheres pagaram sozinhas. Inclusive, esta contradição foi sentida duramente no corpo, com doenças, desvios e entristecimentos.

“Para ser respeitada, pense, aja e trabalhe como um homem, mas, para ser amada, continue sendo mulher.”¹⁸

As próprias mulheres, ou seja, nós ficamos convencidas de que somente existiam um modelo e uma forma de funcionar, o masculino, e que as tarefas privadas eram sem valor, nunca tiveram reconhecimento nem expressão de mudança. A doçura não altera a bolsa de valores e, assim, adotamos um modelo unilateral, hegemônico, perverso e sufocante.

O discurso patriarcal sempre teve uma definição muito precisa do que considerava uma mulher normal, mas a entrada das mulheres no mundo da produção e do trabalho tornou complexa e dilacerou esta definição. Hoje algumas teóricas do tema feminino afirmam claramente que não é possível ser um adulto saudável emocionalmente e caber nas definições patriarcais do que é a mulher ideal.

A psicóloga June Singer nos fala da síndrome da mulher de êxito¹⁹, o temor de ser bem-sucedida, a escolha de carreiras ditas femininas e de como conciliar uma proposta de projeto pessoal com uma definição

¹⁷ CAMPS, Victoria. *Op.cit.*, p. 38.

¹⁸ OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Op.cit.*, p. 73.

¹⁹ ZWEIG, Connie; SINGER, June. *El encuentro de lo femenino en la tradición judeocristiana*, p. 272.

ancestral de mulher feminina, aquela dedicada ao sacrifício e ao bem-estar dos demais. Como Rosiska²⁰ nos lembra, nossa civilização fez uma estranha conta de somar: feminino mais masculino é igual a masculino.

Para os homens, o êxito reforça a sua autoestima; mas, para as mulheres, pode tornar-se fonte de angústia, incerteza, rejeição e abandono, pois tudo leva a pensar que estamos diante de um dilema inconciliável.

Rose Marie Muraro, no livro *A Mulher no Terceiro Milênio*²¹, menciona que a ideia que temos do homem das cavernas como agressivo é errada, os hominídeos eram cooperativos, as mães cuidavam e alimentavam os filhos, tendo uma presença mais permanente e uma certa dominância que nada tinham que ver com repressão ou coerção. Os machos se agregavam ao grupo e as relações macho/fêmea eram esporádicas. Este período, de uns quatro milhões de anos atrás, parece ter sido pacífico, de cooperação e proteção porque era a única forma de sobrevivência.

Para Rose Marie Muraro, por baixo da nossa estrutura social competitiva, continuamos ligados aos valores ditos femininos de solidariedade e de partilha, temos que pensar que estas atitudes governaram a vida humana por um tempo muito maior que os valores hierárquicos e excludentes que são historicamente muito mais recentes.

Redefinir o conceito de feminino, determinar e escolher com que parâmetros vamos conviver não é um problema de mulher, é um desafio e um questionamento coletivo que diz respeito à sobrevivência e à condição humana.

Este propósito de escolher entre o público e o privado, o reprodutivo e o produtivo, a hierarquia ou a conexão, a luta ou a solidariedade é um

²⁰ OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Op.cit.*, p. 86.

²¹ MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*, 1993.

dilema que até agora se localizou no corpo da mulher, em questão de gênero, em sintoma de senhoras.

Pensar o feminino é uma análise das diversas estruturas sociais, educativas, jurídicas e laborais; o princípio de conexão não é somente para as mulheres, é um novo entendimento para todos, uma contraordem institucional, uma perspectiva subversiva de modificar as tradições dominantes.

No auge da nossa civilização pós-moderna, globalizada e desafiante, no esplendor do gesto patriarcal e dos abusos de poder, precisamos aprender atitudes que “os primitivos” conheciam tão bem, como o cuidado com os mais débeis. Essas atitudes são antigas, eram exercidas pelas mulheres e tinham como função manter e sustentar a trama da vida, eram “elas” que teciam, plantavam, armazenavam; e estes gestos davam um sentido à existência e traziam consciência para o lugar que cada um ocupava no coletivo.

É essa nova ética do cuidado e da pacificação que precisamos retomar.

“As mulheres não são as únicas guardiãs do feminino. Tanto homens como mulheres estão buscando aquela parte que nos foi expurgada... O feminino não se interessa em estar no topo, dedica-se a perambular... quando estamos no controle de tudo, exercemos uma masculinidade movida a poder...”, é o que afirma Marion Woodman²².

²² WOODMAN, Marion. *Op.cit.*, p. 189.

Referências bibliográficas

CAMPBELL, Joseph. *Todos os Nomes da Deusa*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

CAMPS, Victoria. *El siglo de las Mujeres*. Madrid: Ediciones Catedra Universitat de Valencia, 2003.

GIMBUTAS, Marija. *Los Dioses y las Diosas de la Vieja Europa del 7000 al 3.500 a.C.* Madrid: [s.n.], 1985.

JUNG, Gustav Carl. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença, o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIANE, Eisler. *El Cáliz y la Espada – Nuestra história, nuestro futuro*. 10. ed. Santiago de Chile: Cuatro Vientos, 2006.

WOODMAN, Marion. *A Feminilidade Consciente*. São Paulo: Paulus, 2003.

ZWEIG, Connie (Org.). *Ser Mujer*. Biblioteca de la Nueva Consciencia. 4. ed. Barcelona: Kairós, 2001.

2. A diferença que não é considerada

Maria das Graças de Pinho Tavares¹

Depois de muitas décadas de modificações sociais e culturais nas relações de gênero, no Brasil e no mundo, encontramos hoje muito distantes da época em que as escolas eram privilégio dos meninos e rapazes e o trabalho, que gerava renda e sustento de uma família, era restrito aos homens.

Há uma irreversível feminilização do mercado de trabalho, constatada em séries históricas de pesquisa sobre este mercado². Também verifica-se a superação do número de anos de estudos de mulheres sobre o de homens da População Economicamente Ativa e do ingresso e da conclusão dos estudos universitários, revertendo-se numa maior qualificação das moças em comparação com a dos rapazes. O tempo de permanência das mulheres em seus postos de trabalho quase se iguala ao tempo dos homens.

No entanto, a remuneração das mulheres revela-se consistentemente inferior a dos homens – embora esta diferença esteja diminuindo vagarosamente. O número de horas trabalhadas nas atividades domésticas continua muito superior para as mulheres do que para os homens. Também, a presença feminina no topo da carreira é rarefeita, muito aquém do número de mulheres trabalhadoras, de sua qualificação e do tempo de casa nas empresas, mesmo naqueles setores que as concentram. Isto quer dizer que o ambiente de trabalho não retém as mulheres qualificadas tanto quanto seus pares homens e, quando as retém, retardam-nas no movimento para cargos mais altos.

¹ Socióloga, mestre em Antropologia, ambos os cursos pela Universidade de Brasília, e doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Disponível em: www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mteo.html/.

Como e por que isto acontece? Qual é o custo das perdas dos talentos femininos para a empresa? E para a mulher que abandona sua carreira ou desiste de suas ambições de ascensão? Enfim, qual o custo social desses acontecimentos?

Pesquisas³ mostram que elas não fazem uma carreira ascendente, na proporção e na velocidade esperadas de sua presença e qualificação ao entrar no mercado de trabalho: elas abandonam a empresa e o mercado ou freiam sua ascensão de forma que a aposentadoria chega antes de atingirem o topo da carreira.

As explicações usuais para tais constatações se baseiam nas características psicológicas que a cultura patriarcal construiu para as mulheres: sua falta de ambição, a menor agressividade, a fuga dos embates inevitáveis da corrida para o topo e a dificuldade de disponibilizar integralmente o tempo para a empresa.

Outras respostas são possíveis quando se introduz no quadro a ser compreendido uma quantidade maior, mais refinada de variáveis estruturadas por relações não lineares.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, durante a trajetória das últimas décadas do século XX e dos primeiros anos do XXI, não dependeu somente da demanda e das qualificações para atendê-la, mas decorreu também de uma articulação complexa de determinações familiares, regidas por regras sociais, fatores demográficos, econômicos, políticos e características individuais. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar – como cônjuge, chefe de família, etc. – e à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, foram, e ainda são, fatores que estiveram sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar, permanecer e evoluir no mercado de trabalho.

³ HEWLETT, Sylvia Ann; LUCE, Carolyn Buck. Vias de Saída e de Acesso: como manter a mulher de talento no caminho do sucesso. *Harvard Business Review*, mar. 2005, p. 31-39.

Sabe-se que as arquiteturas organizacionais do ambiente de trabalho se basearam em experiências acumuladas, que se perdem na história, de organização de grande número de homens para a execução de tarefas, tais como as construções monumentais do Egito, a formação de impérios pela força das armas da Antiguidade, a hierarquia da Igreja Católica e dos exércitos modernos.

Essa modulação dos ambientes de trabalho é não amigável para o gênero feminino, uma vez que tradicionalmente feita para um trabalhador que não menstrua, não gesta, não pare, não amamenta, não exerce o seu lado maternal, não se responsabiliza pela e nem educa a prole, não se responsabiliza nem cuida de progenitores envelhecidos. A trabalhadora, em qualquer nível hierárquico em que esteja alocada, não se furta a exercer suas características do feminino de acolher, cuidar, orientar e educar dentro e fora das empresas. E são penalizadas por isto com salários menores e retardamento na evolução da carreira.

De acordo com Segnini⁴, as competências do feminino, culturalmente absorvidas pelas mulheres durante a sua socialização, são essenciais às formas de trabalhar distanciadas do fordismo e do taylorismo que caracterizam o mundo do trabalho atual. A flexibilidade, a capacidade de agregar pessoas com o foco nos resultados, a empatia, a emocionalidade são fatores de sucesso para a entrega de produtos e serviços de um mercado de consumo personalizado e não mais de massa.

As estruturas organizacionais não condizentes com as necessidades do feminino são responsáveis pela pouca aderência das mulheres ao vale-tudo da ascensão nas carreiras. São também responsáveis pelo adoecimento daquelas que ali permanecem sem terem a possibilidade de uma defesa das ingerências maléficas da combatividade patriarcal imperante, recentemente tornadas visíveis sob

⁴ SEGNINI, Liliãna R. P. Aspectos culturais nas relações de gênero e a questão da produtividade em tempos de trabalho flexível e qualidade total. In: MOTTA, Fernando C. Prestes (Org.). *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.

o nome de assédio moral e sexual. E o resultado disso é o talento desperdiçado na e pela empresa com um custo social e humano tão elevado quanto desnecessário.

É sensato pensar que os custos gerados por tal situação podem ser diminuídos ou evitados. Conquistas marginais dos movimentos sindicais que contemplaram as necessidades das mulheres – tais como creches para filhos menores, planos de saúde extensíveis aos progenitores, horários flexíveis, extensão da licença maternidade, criação da licença paternidade – têm contribuído para os resultados positivos expressos nas séries históricas examinadas. Práticas disseminadas como *call conference*, *video conference*, *home office*, permitidas pela evolução tecnológica para muitas situações de trabalho, possibilitam a conciliação das demandas familiares com as do trabalho, especialmente para as mulheres em determinados momentos de seu ciclo de vida.

Experiências têm sido executadas nos quatro cantos do mundo com resultados surpreendentes, como, por exemplo, desligamento temporário com garantia de retorno, situações em que duas profissionais negociam a ocupação de um mesmo cargo, dividindo o salário e obtendo meio horário para cada uma cuidar de sua própria vida e da família, e outras.

Precisamos insistir nos aspectos positivos das características femininas e experimentar as arquiteturas de organização ancestrais, anteriores ao patriarcado, tais como o trabalho cooperativo em rede, a equanimidade da divisão dos ganhos, a rotatividade da liderança de acordo com as tarefas a serem executadas, a valorização da equipe e não do indivíduo, etc.

Tudo isso está no ar dos tempos atuais, junto com o aspecto demográfico incontornável do envelhecimento da população, devido à grande diminuição do número de nascimentos nas últimas décadas. Tais questões não se cristalizaram sob uma denominação e os pesquisadores ainda não localizaram um “movimento” e o dissecaram. Depende de nós, mulheres profissionais atuantes, insistirmos para evidenciar o

potencial de riqueza que as características do feminino podem gerar para as organizações e para o bem-estar social generalizado.

Mulheres, e as questões profissionais que elas trazem, estão relacionadas a muitas outras mudanças necessárias na maneira como trabalhamos. Trazer para o foco as questões femininas ajudará as organizações a compreender e responder a estes desenvolvimentos – da evolução das expectativas e dos papéis dos homens, à flexibilidade e adaptações necessárias a uma força de trabalho envelhecida e às demandadas pela nova geração entrante no mercado. Países e companhias amigáveis para as mulheres estarão em melhor posição para se beneficiar destas tendências demográficas e sociais⁵.

⁵ WITTENBERG-COX, Avivah; MAITLAND, Alison. *Why Women Mean Business*. San Francisco: Jossey-Bass, 2008. p. 23.

3. Gestão do trabalho, um outro olhar...

Georgina Maria Vêras Motta¹

Ao falarmos de gestão do trabalho, poucos se lembrarão dos varredores de rua.

Associar gestão do trabalho, que costumeiramente ocupa um lugar de *staff* nas empresas, à atividade de garis, ainda considerada como uma subocupação, pode parecer um despropósito, dada a visão estigmatizada sobre esses trabalhadores. Ainda hoje, eles sofrem discriminações e preconceitos em função de seu objeto de trabalho, o “lixo”, bem como no campo dos saberes, conforme Santos (2004) demonstrou em sua dissertação sobre os garis III². Permanece a ênfase na questão da exigência física, facilmente observável nessa atividade. As estratégias utilizadas pelos trabalhadores para preservar sua saúde e/ou executar sua tarefa não são reconhecidas como constituintes de um saber específico, pois socialmente o reconhecimento do saber ainda está vinculado ao aprendizado escolar, conforme discutido por Yves Clot (1999), acerca da construção dos diversos saberes e dos preconceitos existentes em relação ao saber operário.

Dentre esses trabalhadores, nós nos deteremos a observar e discutir alguns aspectos da atividade da monitora de turma de varrição³ de uma empresa pública de limpeza urbana. Para tanto, utilizaremos dados obtidos em pesquisas documentais, entrevistas individuais, acompanhamento da atividade *in loco* e discussões em grupos.

¹ Psicóloga do Trabalho, CRP/04-1868, especialista em Saúde Mental e Trabalho.

² SANTOS, M. C. *Apropriando-se do trabalho* – um estudo sobre a atividade dos coletores de lixo, 2004. Os garis estão classificados em: gari I – os de varrição; gari II – os ajudantes de caminhão; e Gari III – os coletores de lixo.

³ Responsável por acompanhar e fiscalizar o serviço de varrição de ruas.

Ao ser criada a empresa, esse cargo era exercido somente por homens, que recebiam o nome de feitores. Eles não varriam durante o acompanhamento do trabalho, mas quando este passou a ser exercido também por mulheres, elas, diferentemente, varriam juntamente com as trabalhadoras sob a sua supervisão.

Ao serem questionadas, algumas revelaram a preocupação com o imaginário da sociedade em não serem reconhecidas como trabalhadoras – “Porque a gente não tá varrendo, eles acham que a gente tá à toa” – e também com o desenvolvimento do serviço: “Porque não dou conta de ver ela sozinha e o trabalho por fazer”. Iniciaremos aí nossas observações, com uma mudança na forma de conceber o trabalho, introduzindo o conceito de cooperação, de quebra na hierarquia e a instauração de um primeiro conflito: elas recebem a orientação para não varrer, a fim de ter uma visão ampla de toda a turma e de todo o trecho a ser varrido. É o controle da produção se utilizando das normas de segurança do trabalho para se efetivar, pois a monitora deve verificar o posicionamento dos garis nas vias públicas, a fim de evitar acidentes.

Surge, então, o impasse: qual é a maior responsabilidade, qual é o maior cuidado?

Alguns anos depois, numa tentativa da empresa de um “descolamento da ideia de trabalho escravo”, foi feita uma alteração no conteúdo das atribuições e na nomenclatura do cargo, que de feitor passou a monitor de turma, aumentando, também, a exigência de escolaridade para a admissão.

A atribuição do(a) monitor(a) ficou estabelecida como acompanhar a realização dos serviços feitos pelos garis I (varrição), que estão organizados em turmas, da própria empresa ou de empresas terceirizadas, distribuídos em subgrupos que executam o serviço em um número de ruas, nem sempre próximas (como justificar o controle visual?), de áreas determinadas. Por ser considerada uma *atividade muito simples* – “Só tomar conta”; “Só olhar” –, não participam de treinamentos/discussões para a qualificação em gestão de pessoas.

Ao definir-se por um acompanhamento das atividades e não pela supervisão dos trabalhadores, evidencia-se uma desqualificação do trabalho, visto que as tarefas estão intimamente relacionadas. Não é considerada a complexidade presente nas decisões tomadas por elas ao longo da jornada, tais como: avaliar a necessidade de liberar servidores de suas tarefas, durante um período, devido a questões não previstas nos manuais, ou intermediar atritos que ocorram entre os membros da equipe. Inclusive, também, com relação ao desenvolvimento de estratégias diferenciadas para a execução da tarefa, ao adaptarem roteiros que lhe são designados, chegando, às vezes, a inverter trajetos buscando um equilíbrio entre as necessidades da empresa, do trabalho e as de seu supervisionado.

Observamos também que mesmo a forma de realizar as suas atividades consideradas como nucleares, tais como resolver problemas com equipamentos, registro de frequência dos garis e orientação e fiscalização quanto às medidas de segurança do trabalho, transcende as orientações prescritas. Elas relatam sobre como “avaliam como está o gari” (considerando os aspectos emocionais) para formação de duplas ou designar trabalhadores para áreas onde há maior risco de acidentes por causa do fluxo de veículos.

Em várias equipes, a hierarquia é atenuada pela forma como é exercida a supervisão. Existem relatos de garis sobre a assistência, prestada pelas próprias monitoras ou por garis que elas designem, acompanhando-os a hospitais ou centros de saúde por motivos diversos e o quanto isso é significativo para a relação de trabalho.

Observamos, no desempenho da atividade, uma forma diferente de concebê-la, na qual boa parte de suas ações não estão em conformidade com o esperado.

Ao saber do trabalhador, pareceu-nos que se agregam outros valores subjetivos possivelmente vinculados a uma estrutura primeva que possibilita que a tolerância, o acolhimento e a ética do cuidado se façam presentes, contrapondo ao individualismo e à luta pelo domínio.

No entanto as monitoras relataram sofrimentos, pressões de diversas ordens, um número expressivo de crises hipertensivas, que elas relacionam à sua atividade e aos conflitos gerados entre a sua percepção sobre como realizar o trabalho, as dificuldades com os trabalhadores e o receio de sanções.

Entre as dificuldades, enfatizam as relacionadas à supervisão de turmas terceirizadas, nas quais o trabalho assume outro significado. Em tais turmas, em que existe um responsável da empresa terceirizada, cabe ao(a) monitor(a) apenas fiscalizar a execução do serviço e atestar a qualidade do mesmo, não podendo intervir em sua execução como habitualmente. Elas se defrontam com uma rígida estrutura hierárquica que frequentemente possibilita conflitos entre o líder/supervisor terceirizado e o(a) monitor(a), pois o primeiro, pressionado pela possibilidade de perda do emprego, procura cumprir as orientações de sua empresa nem sempre coincidentes com o que foi contratado e sem considerar as mesmas variáveis que elas observam. Torna-se um espaço de opressão, de disputa onde elas, muitas vezes, têm a função de seu trabalho questionada.

O que pudemos observar, na verdade, foram modelos de gestão diferentes colocados em confronto, possibilitando diversos conflitos e sofrimentos aos trabalhadores, que se sentem impotentes diante do prescrito, pois, ao questionarem e assumirem posições contrárias, são denominados como problemáticos, muitas vezes culpabilizados por “não terem um bom controle de seus afetos”, sendo seus posicionamentos desqualificados, rotulados como inadequados ao modelo de modernidade. Isso toma forma mais grave ainda quando o cargo é exercido por mulheres, pois busca-se reforçar o preconceito ao “evidenciar” a incompatibilidade entre a capacidade gerencial, na qual são observados valores diferentes dos prescritos pela sociedade patriarcal, e as possibilidades de êxito social. Tal situação reconduz a mulher a uma situação de passividade e de ausência do mundo público, remetendo-a a um ideal de mulher que, segundo Sanabria (2009) em artigo neste livro,

“algumas teóricas do feminino afirmam claramente que não é possível ser um adulto saudável emocionalmente e caber nas definições patriarcais do que é mulher ideal”.

Diante dessa conjuntura, a nossa opção foi levar a discussão sobre a definição do feminino como uma perspectiva de leitura e entendimento das relações, do vínculo com o trabalho e da forma de produzir, não hierárquica ou predatória aos grupos de trabalhadores, na qual os monitores se encontravam presentes, como uma possibilidade de promover diversas mudanças sobre sua condição e sua participação cidadã. Mudanças essas que possibilitem uma interlocução efetiva com a empresa, onde elas possam posicionar-se de maneira crítica sobre o papel que desempenham, buscando seu reconhecimento como gestoras e desvelando os fundamentos das ações desenvolvidas e suas repercussões para a empresa, viabilizando uma gestão mais efetiva, inclusiva, que considere a empresa como um núcleo social importante no qual podem ser gestadas contribuições concretas para o contexto social.

Referências bibliográficas

- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- LIMA, M. E. A. Pesquisa em Saúde Mental & Trabalho. In: TAMAYO, A. ANDRADE, J. CODO, W. (Org.). *Trabalho, Organização e Cultura*. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1995.
- RIANE, Eisler. *O cálice e a espada*. Nossa História, Nosso futuro. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- SANTOS, M. C. O. *Apropriando-se do trabalho – um estudo sobre a atividade dos coletores de lixo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

4. Violência contra as mulheres: uma questão de todos

Márcia de Cássia Gomes¹

A violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. É um termo de múltiplos significados que vem sendo amplamente utilizado através dos séculos. E está assim definida pela Convenção de Belém do Pará²:

“Qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause dano físico, sexual, psicológico ou morte à mulher, tanto no âmbito público como no privado.”

Há quase quatro décadas esta questão de enfrentamento da violência contra as mulheres passou a ser incorporada como uma política pública, resultado de uma mobilização e pressão dos movimentos de mulheres que trouxeram para o âmbito público uma questão ainda pertencente ao mundo privado.

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seu próprio lar, na maioria das vezes praticada por seus maridos, companheiros, namorados...

¹ Professora de História da Rede Municipal de Belo Horizonte. Formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com especialização em História da América, Filosofia da Educação e Metodologia do Ensino Superior. Titular da Coordenadoria dos Direitos da Mulher e Conselheira Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte.

² A Convenção de Belém do Pará é um dos instrumentos de referência fundamental para visibilizar e combater a violência contra as mulheres na América Latina e Caribe. O Brasil é signatário desta Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, tendo em nosso País força de lei e referência teórica da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha.

Embora no Brasil a violência seja um fenômeno que atinja a vida de milhões de mulheres, não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude deste fenômeno. No entanto, algumas já realizadas conferem visibilidade e nos permitem ter alguma noção sobre o quanto a violência está presente no cotidiano das famílias.

A pesquisa realizada pela Data Senado, em sua terceira edição publicada em fevereiro de 2009, relata que 83% das mulheres entrevistadas residentes em capitais brasileiras conhecem ou já ouviram falar da Lei 11.340/06, ou seja, da Lei Maria da Penha. Das que conhecem, 58% souberam indicar formas de proteção previstas pela lei. “As mais citadas foram a ‘prisão do agressor’, ‘programas de proteção à mulher’ e a ‘Casa Abrigo’”. Das 827 mulheres entrevistadas, 160 disseram haver sofrido agressão. Esta mesma pesquisa revela que uma das principais razões que impedem a mulher de recorrer à Lei para enfrentar seus agressores é o “medo do agressor”, que alcança 78%, seguida pela “vergonha”, “não garantir o próprio sustento” e “punição branda”, que tiveram um índice de 10%.

Estes e outros estudos já realizados reforçam que a violência contra as mulheres se constitui em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, afetando diretamente o direito delas a uma cidadania ativa.

A violência e a discriminação contra a mulher é tida como uma epidemia, sendo considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um dos grandes desafios para a saúde pública, e outros setores tais como a educação e serviços sociais e urbanos que atendem diariamente mulheres que se encontram em uma situação de adoecimento constante, baixa autoestima, entre outros sintomas que possam estar correlacionados com a vivência numa situação de violência.

Ressaltamos que o enfrentamento à violência de gênero exige intervenções complexas devido à multiplicidade de seus tipos (violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), à peculiaridade de sua forma (social e culturalmente construída) a lugares de manifestação (no

espaço doméstico ou fora dele). Assim, por assumir uma dimensão significativa que muitas vezes se torna naturalizada e, muitas vezes, banalizada pela própria rotinização do fenômeno, é necessário o investimento em qualificação técnica das(os) profissionais, bem como a participação efetiva dos mesmos na Rede de Enfrentamento à Violência, composta pelas diversas áreas (segurança pública, saúde, jurídica, social, etc.), nas quais as mulheres buscam seus atendimentos.

Segundo a profa. Lourdes Bandeira (2005), há uma diferença entre **políticas públicas de gênero e políticas públicas para mulheres**: “Políticas públicas para mulheres se definem como aquelas [...] que enfatizam a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhas/os, pela demanda por creches e educação infantil, por saúde e por outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia”. As políticas públicas de gênero, por sua vez, “[...] implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidas nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção de sujeito”.

As questões apresentadas acima estão referenciadas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres contidas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher – que é uma iniciativa do governo federal com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres.

O Pacto Nacional consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações a serem desenvolvidas e executadas em quatro anos, de 2008 a 2011, com orçamento próprio. É necessário que se garanta que a perspectiva de gênero, na sua formulação conceitual, possa refletir numa mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores

éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz. E que, a partir dessa incorporação, possam assegurar sua transversalidade no conjunto de todas as instâncias e competências institucionais, técnico-administrativas da governabilidade do Estado Brasileiro.

Após três anos da implantação da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha em nosso País, muitos avanços tivemos, mas ainda precisamos avançar e implementar o que está disposto na Lei 11.340, principalmente em relação à criação de juizados especializados em violência doméstica, que é responsabilidade do Poder Judiciário e da efetiva atuação dos operadores do direito que quotidianamente deparam com situações em que a cultura patriarcal e misógina ainda prevalecem.

“Qualquer sistema político, social, econômico e cultural baseado em relações estruturais de poder, dominação e privilégio estabelecidas entre homens e mulheres seguem hoje expressando as condições de opressão, subordinação, exclusão, pobreza, exploração, tortura e violência que sofrem milhões de mulheres no mundo.”

É por isto que necessitamos de agir agora, de forma articulada e integrada, para que esta questão seja assumida por todos e todas.

O futuro da nossa humanidade depende das ações que fizermos agora.

“[...] Colocar em prática ações que promovam o empoderamento feminino, interfiram nos padrões machistas da sociedade, assegurem um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência. Enfim, iniciativas que garantam o acesso de todas as mulheres e seus direitos nas mais variadas dimensões da vida social e que resultem em mudanças dos padrões culturais vigentes.”

(Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – Balanço de ações 2006 – 2007. SPM, Brasília – DF/2007.)

Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. II *Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Governo Federal. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*. Brasília, DF, 2007.

OEA. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* - Convenção do Belém do Pará. Belém: OEA, Brasil, 1999.

- PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecilia Macdowell. *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Projeto "Acesso à Justiça para mulheres em situação de violência: estudo comparativo das Delegacias na América Latina (Brasil, Equador, Nicarágua, Peru)", Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU. São Paulo: UNICAMP, 2008.

5. Algumas reflexões sobre o atendimento à paciente vítima de violência sexual

Silvana Pontes Bueno¹

Introdução

Este artigo pretende abordar o tema feminino, baseado no estudo sobre o processo de atendimento dos profissionais de saúde às vítimas de violência sexual em uma instituição pública.

O estudo permitiu obter informações para a compreensão desse atendimento, possibilitando analisar a percepção dos profissionais, dando margem a uma discussão aberta na qual os participantes abordaram as questões desafiadoras que o tema propõe.

Por intermédio deste trabalho, foram percebidos diversos entraves nesse atendimento, inclusive no distanciamento do feminino, como o espaço da mulher, apontando a necessidade de se incluir no processo de formação do profissional de saúde questões que possibilitem a construção de relações mais humanizadas.

Análise do estudo

A análise baseou-se nas seguintes especificações:

- Conceituação e caracterização sobre violência de gênero e violência sexual;
- Identificação dos profissionais de saúde e sentimentos em relação à vítima de violência sexual;

¹ Psicóloga, especialista em Psicologia do Trabalho e Organizacional, pós-graduada em Gestão Estratégica de Fundações.

- Assistência à vítima de violência sexual: procedimentos internos;
- Necessidade de capacitação: sugestões que os profissionais apresentaram para a capacitação.

Conceituação/caracterização sobre violência de gênero e sexual

Os profissionais conceituaram a violência como momento de silêncio, de dor, vergonha e repressão, incluindo-se também aqui a violência doméstica e a agressão física no contexto familiar.

Identificação e sentimentos em relação à vítima de violência sexual

Em relação à identificação, alguns têm sentimento de revolta, principalmente quando identificam que poderia ter sido com ele ou com alguém próximo do profissional. A identificação com a situação da paciente é mais forte quando se sentem mais próximos da vítima, numa relação de empatia. Alguns profissionais parecem utilizar como mecanismo de defesa o distanciamento, evitando um maior envolvimento emocional. Sentem-se fragilizados diante da impotência em relação à violência e apresentam sentimentos ambíguos em relação ao atendimento. Isto transparece no sentimento de penalização durante o atendimento e a dúvida em relação à veracidade dos fatos. Existe o conhecimento de que não devem julgar a paciente. A consequência é uma atitude de ambiguidade e insegurança.

A princípio fazem o atendimento pela informação, porém eles têm receio de a paciente não estar falando a verdade e muitas vezes necessitam de um aval da polícia e de outros órgãos para validar a palavra da pessoa.

Alguns se preocupam em não demonstrar o que estão pensando em relação ao comportamento da vítima. Faz-se evidente o esforço dos profissionais em não deixarem transparecer o preconceito diante do que a paciente mobiliza neles.

A postura religiosa aparece na negação da realização do aborto. Sentimento de estar sendo violentado por ter que realizar um procedimento que é contra os seus princípios. O medo de realizar um ato em cima de uma fala que não sabe se é verídica ou não e a preocupação de ser um gesto ilícito, de acordo com a filosofia médica de preservar a vida.

Sentem que as leis são feitas distante da realidade com a qual convivem no dia a dia e que a responsabilidade fica com quem lida diretamente com a paciente, manifestando isolamento diante disso, obrigados a cumprir uma lei que não ajudaram a construir.

Fica evidente que estes profissionais estão submetidos a uma turbulência afetiva, emocional, social e ideológica.

Assistência à vítima de violência sexual: procedimentos internos

O primeiro passo é o atendimento medicamentoso. Aparece como principal função no setor de Admissão o cuidado com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Primeiramente é colhida a história da paciente para atender às necessidades físicas desta. Os profissionais manifestam desconforto em relação a este tipo de procedimento por ser demorado e por serem solicitados por demandas de atendimentos urgentes.

Isto traz como consequência a exposição da paciente no corredor. A ficha de admissão com a identificação "vítima de violência sexual" é como uma marca no corpo da mulher.

O suporte psicológico e social não é feito na hora da Admissão, porque muitas vezes chegam de madrugada e somente durante o dia poderão ser atendidas no Ambulatório. Os profissionais não têm tempo para a assistência individualizada, repassando o mínimo de orientações necessárias. Muitas vezes, as pacientes não assimilam o que foi dito por estarem transtornadas.

A sugestão é que seja realizado primeiro o atendimento psicossocial e depois o atendimento médico.

Existe um questionário que demora em torno de uma hora para ser respondido pela paciente. E este procedimento é realizado pelo médico. Os profissionais percebem uma certa rigidez no protocolo que é utilizado e um despreparo na assistência à vítima de violência sexual, apesar de ser um hospital de referência a este tipo de atendimento.

Necessidade de capacitação

Os profissionais implicados neste estudo sugerem que as informações e as orientações sejam ampliadas nos lugares de referência desse tipo de atendimento.

Sentem-se despreparados, utilizando o protocolo de forma rígida, entendendo que isto deve ser revisto. Mencionam a necessidade de uma maior aproximação entre a equipe multidisciplinar.

Conclusões

Existem diversas dificuldades na construção do atendimento a estas mulheres, não previstas na formação dos profissionais de saúde. Entre elas, citamos:

- a falta de conhecimento da legislação existente e dos procedimentos clínicos definidos no protocolo do Ministério da Saúde;
- a falta de novos conceitos e teorias no campo da saúde;
- preconceitos e tabus envolvidos no episódio da violência pelas equipes que atendem à vítima;
- o sofrimento de profissionais mulheres que, muitas vezes, também são vítimas de violência de gênero, vivendo um processo de identificação;

- a angústia gerada pela impotência diante de questões sociais e políticas de caráter amplo em que a intervenção profissional é limitada.

As diretrizes da saúde pública, os objetivos institucionais, o protocolo de atendimento e as questões jurídicas devem ser aprimorados para os parâmetros do atendimento. Os aspectos psicológicos e sociais que são relevantes para a assistência necessitam de ser aprofundados e isto nos leva a analisar as questões de gênero e do feminino.

Análise numa perspectiva do feminino

De tudo o que foi explicitado sobre a assistência à vítima de violência sexual, como se reproduzem as diferenças de identidade, o distanciamento do feminino é a prevalência.

Não existem mecanismos de acolhimento institucionais, a equipe é sistematicamente violentada cada vez que necessita de fazer o atendimento à paciente – um corpo violentado que recebe outro corpo violentado.

De acordo com Marisa Sanabria, em artigo nesse livro, o desenvolvimento do conceito feminino, no âmbito dos estudos da mulher, está vinculado a uma estrutura de consciência. O feminino não é mencionado nas explicações biologicistas, e não se esgota nas referências arquetípicas. As consequências para a civilização do abandono do princípio feminino trazem ao controle social a atuação direta sobre o corpo das mulheres, principalmente nas culturas patriarcais.

As diferenças de poder entre homens e mulheres, neste entendimento, a ideia de que os homens têm um impulso sexual maior, inclusive no suposto direito ao controle pela violência física.

A mulher pode ser considerada sedutora, responsável pela atração sexual do homem, ser culpada pelos ataques sexuais que “ela atrai”, e isto pode ser usado para legitimar o estupro.

A forma de se conceber os efeitos da violência faz parte de um contexto social mais amplo, pois produzem sequelas físicas e psicológicas. Para abordar a violência sexual, devem-se ter espaços mais amplos de convivência, buscando fortalecer os recursos das mulheres e a garantia de seus direitos.

O estudo aponta para as consequências negativas do distanciamento da consciência de quem é esta mulher vítima de violência sexual, percebido na desvalorização do feminino e sua subordinação ao masculino. Fortalece-se desta maneira a necessidade de se incluir no processo de formação do profissional de saúde questões que possibilitem a construção de relações não hierárquicas e mais tolerantes e acolhedoras.

Um dos aspectos importantes é compreender como a violência sexual contra a mulher é vivenciada pelos profissionais de saúde para promover capacitação adequada a estas equipes, como sugere Heise (1994), para assegurar que as vítimas não sejam “revitimizadas” pelo serviço.

A construção da formação do profissional de saúde deve considerar estas questões, pensando nos efeitos, nas condutas e consequências que irão intervir no atendimento.

Referências bibliográficas

BARBOSA, R. M. *et al.* *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

BERER, M. *Mulheres e HIV/AIDS*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Coletânea de textos de Apoio para o curso "Direitos Sexuais e Reprodutivos e Atenção a Crianças e Adolescentes Vitimas de Violência Intrafamiliar e Sexual"*. Brasília: Ministério da Saúde, 1995.

BRUSCHINI, C.; PINTO, C.R. *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2001.

CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA. *Violência contra a mulher: um novo olhar*. 2. ed. Santos, SP: Casa da Cultura da Mulher Negra, 2002.

DEJOURS, C. *et al.* *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HEISE, R.; PITANGUY, J.; GERMAIN, A. *Violencia contra la Mujer: la carga oculta sobre la salud*. Organización panamericana de la salud. Programa Mujer, Salud y Desarrollo. Washington. 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1982.

MINAYO, M.C. S. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, R. L. B. D. *Representações Sociais da Violência Sexual*. Um estudo realizado com pacientes atendidos em um Hospital Público de Belo Horizonte. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1997.

OLIVEIRA, Fátima. *Oficinas Mulher Negra e Saúde – Manual*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998.

PARKER, R.; GALVÃO, J.; BESSA, M.S. *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1999.

SCHPUN, M. R. *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

6. Considerações sobre a clínica

Marisa Sanabria¹

“Tem uma coisa machista no inconsciente feminino... é uma raiva constante de ser usada. Uma ferida...”

“Eu me sinto acuada, sem saída, é como se não pudesse mexer... A geração de vocês não ensinou a gente a exercer ser mulher. Vocês tinham um inimigo, conquistaram a pílula, as liberdades, e nós? Onde está meu inimigo?”

“O que aparece é o cansaço da mulherada... todas minhas amigas. Tenho 32 anos com desgaste de 45, a gente conduz a própria história, trabalha muito, mas a um ritmo que não é meu.”

Estas são frases que escutamos no consultório sobre como ser mulher e como exercer isso no mundo contemporâneo.

Sabemos que, nos séculos XVIII ou XIX, estava tudo muito claro, os contornos sociais e institucionais davam não somente referências de comportamentos, atitudes e gestos, senão o que elas deveriam sentir e, evidentemente, o que poderiam desejar.

Um longo caminho foi percorrido, conquistas inquestionáveis foram alcançadas e hoje, com um panorama aparentemente amplo de escolhas, descobrimos que não está muito definido o que é ser mulher, quais os caminhos próprios, as determinações pessoais, a medida do equilíbrio, o ponto de amadurecimento e o limite das decisões.

¹ Psicóloga CRP 04-5350. Mestre em Filosofia – Universidade Federal de Minas Gerais.

A modernidade nos faz acreditar que somos sujeitos autônomos com possibilidades de escolha e percebemos que nós nos tornamos prisioneiros de padrões impostos, modelos estabelecidos e exclusões definitivas sem entender muito bem por quê.

“Eu não quero ser objeto, quero ser sujeito... Não consigo me definir a partir da beleza. Você não é mulher e não existe se não é anoréxica... a pressão é insustentável.”

“Não quero emagrecer, quer dizer que estou fora do mercado... Esta recusa me coloca num lugar de isolamento muito estranho, o feminino solitário condenado ao ostracismo.”

A terapeuta Polly Joung-Eisendrath, no livro *La mujer y el Deseo*², fala-nos de um sentimento moderno que domina as mulheres, aquele que motiva fatal e desesperadamente o propósito de querer ser desejada, notada, de aparecer... em síntese, de existir.

Este gesto voltado para o outro está em relação direta com a perda de controle da própria vida, o esgotamento físico, o desequilíbrio emocional, o sentimento de vazio e a sensação de ter sido abandonada.

A vergonha, a inadequação e a falta de lugar aparecem com frequência na verbalização de mulheres que não realizaram as expectativas que a sociedade tinha delas, como casar, ter filhos, ser eficientes e uma lista interminável de tarefas que aparecem como irrecusáveis.

“A condescendência de uma mulher casada em crise é de 100%, mas de uma mulher na faixa dos 30, sozinha, vivendo crises é de 30%. Fico excluída porque estou só.”

² JOUNG-EISENDRATH, Polly. *La Mujer y el Deseo*, 2000.

“Percebi que mulher é um bem de utilidade pública. Não tenho marido; então, posso ser ocupada pelos pais, pelos irmãos...”

No mundo contemporâneo, temos modelos e respostas para tudo: para ser uma amante irresistível, uma profissional de sucesso, uma mãe infinitamente dedicada e, desta forma, a mulher está no emaranhado de uma rede que determina a forma como deve atuar, querer e desejar, temos imposições e restrições em nome de ser sempre feliz, uma pessoa do seu tempo, participativa, dinâmica, inesgotável, plugada e “siliconada”.

O que constatamos na clínica é um entristecimento profundo, um vazio constante e uma raiva contida daquelas que não conseguem parar, e não possuem um conhecimento de si mesmas para poder fazer escolhas próprias.

As consequências desta situação, diz Eisendrath, são “uma falta de confiança, direção e vontade que começa na adolescência e que com frequência se prolonga até a velhice”³.

“Sou como uma menina e para ser mulher adulta há que se perder, largar a ingenuidade e o modelo de pureza...”

“O rapto na história de Perséfone simboliza a grande transformação para ser mulher...”

“Com 31 anos, me resisto a mudar... Continuo sendo o que esperam de mim...”

Esta mulher voltada para o exterior não admite seus limites, não aceita suas dúvidas e ambiguidades, está desconectada dela própria, não tem lucidez de consciência e não vive seu feminino.

Aceitar fracassos, mudanças de rota, alteração de projetos e, sobretudo, admitir que nem sempre temos o domínio absoluto da situação

³ JOUNG-EISENDRATH. *Op. cit.*, p.14.

nos colocam num lugar de lucidez, tiram-nos do espaço da vítima abandonada ou da supereficiente que controla tudo e sabe o que é bom para os demais.

Cortando e colorindo, em oficinas ou encontros, o trabalho clínico tem sido no sentido da desmistificação de modelos, como a medida do êxito, o sexo fácil, a beleza acima de qualquer esforço, a rivalidade e a competição entre outras mulheres... Enfim, todos os gestos e atitudes que nos falam do exercício do poder, do alinhamento com as hierarquias e com atitudes emocionais desequilibradas e predatórias.

Se o feminino está vinculado à indeterminação, ao princípio de incerteza⁴, ele não tem nada que ver com realizar as propostas e os modelos estabelecidos. Não se trata de uma rebeldia inconsequente, mas de uma decisão consciente dos lugares que se quer ocupar e a sustentação dessas escolhas.

Determinadas a uma aparência única e a um comportamento padrão, a mulher adquire hábitos que não dizem respeito a ela e que promovem medo, inveja, isolamento e amargura.

O feminino desacomoda o universo previsível e acumulativo da produção, desvia-se do lugar marcado, procurando novos sentidos e renovadas significações, como nos lembra Marion Woodman, no livro *A feminilidade consciente*⁵. Devemos deixar de ser codependentes de um ideal fictício que nos leva a uma correria febril, a uma falta de crítica e a um adoecimento do corpo.

Na clínica, onde elas param a correria e se entregam a uma reflexão sobre si, onde o ritmo é mais lento e podem dar forma a suas inquietações e dúvidas, aparecem as motivações secretas, os desejos escondidos, a necessidade de desacelerar para saber dos limites e das fragilidades sem culpa e sem *performance*.

⁴ SANABRIA, Marisa Pereira Pena Ondina. O feminino segundo Jean Baudrillard. *Kriterion*, 1989, p. 19.

⁵ WOODMAN, Marion. *A Feminilidade Consciente*, 2003, p.123.

“Queria um marido... companheiro... poder me apoiar, mas só falo disso aqui. Onde vou achar alguém da minha idade que ganhe mais do que eu?... Sou sempre o homem da relação, quem decide tudo, fico sobrecarregada e sozinha... mas não sei parar...”

Se você encara o fato de que não pode tudo, movimenta-se de modo mais espontâneo, deixa o julgamento e a necessidade de ser a melhor, imprime sua própria cadência, a sua vida e escolhe o que é adequado para você sem hesitações.

A experiência do feminino nos diz que se tem de abdicar de algo e se render, trata-se de nosso desejo de controlar constantemente.

Possuídas como somos pelo impulso de poder, a conexão com a dimensão feminina se encontra ainda em cada uma de nós em estado muito primitivo, e é esse o aprendizado que nos desafia todos os dias para construir uma sociedade mais digna e menos predatória.

Referências bibliográficas

WOODMAN, Marion. *A Feminilidade Consciente*. São Paulo: Paulus, 2003.

YOUNG-EISENDRATH, Polly. *La Mujer y el Deseo*. Barcelona: Kairós, 2000.

SANABRIA, Marisa Pereira Pena Ondina. O feminino segundo Jean Baudrillard. *Kriterion - Revista de Filosofia*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – UFMG, n. 81, jun./jul. 1989.

7. Projeto Vida

Viviane Carneiro Carvalho¹

“Ninguém nunca achou que eu fosse capaz. Quando terminei o Ensino Fundamental, não consegui passar em um processo seletivo para cursar o Ensino Médio em uma escola da Rede Municipal de Contagem e por isso me deram como vencida. Mas eu não desisti de estudar. Fiz minha matrícula, estudei em uma escola estadual no turno da noite e, à custa de bons e maus momentos, concluí o Ensino Médio. Se eu fosse esperar alguém acreditar em uma jovem que não sabe nem o que quer, eu estaria até hoje em casa, rendida à ‘sorte’. Eu sou de um bairro menos favorecido, sou mulher, sou jovem, mas sou guerreira. Hoje trabalho em uma grande empresa prestadora de serviços; com seis meses, consegui minha primeira promoção, ainda não cheguei no cargo que desejo, mas vou saber esperar a oportunidade chegar.”

“Para minha mãe, vou acabar como ela, trabalhando em casa de família, servindo aos outros. Sou considerada burra, boba, feia, uma menina inútil. Quero um futuro diferente. Busco na formação a crença de que um dia conseguirei vencer a barreira de não ter o mesmo destino que minha mãe e minha irmã.”

“Quando fiquei grávida, estava no terceiro ano do Ensino Médio. Considero que o apoio que minha família me deu foi não me colocar para fora de casa. Fui submetida aos mais absurdos comentários: diziam para mim que não conseguiria me formar; que a maternidade iria me privar da vida; que não conseguiria um bom emprego por já ser mãe; que havia perdido minha juventude... Resolvi que não daria ouvidos a ninguém e que mostraria a todos que venceria e conseguiria muito mais resultados, até mesmo que as jovens que ainda não vivenciaram a maternidade. Terminei o Ensino Médio no mesmo ano que engravidei e ganhei minha

¹ Psicóloga Social – CRP 04/26740.

filha; com um mês de resguardo, já estava de volta à escola. Passei em um concurso da Prefeitura de Belo Horizonte e hoje sou funcionária da secretaria de uma escola. Minha filha está linda e com muita saúde, proporciono a ela tudo que posso. Sou uma mulher de sorte, me considero inteligente e também muito esforçada. Quero mais da vida e hoje sei que ela pode me dar.”

As mudanças devem ser entendidas como pessoais e intransferíveis. Não existe transformação sem sofrimento, assim como não existem ganhos sem perdas. Passar pela desarticulação exige esforço, desejo e determinação. Estas são palavras que devem sempre ser lembradas às jovens, como as protagonistas acima citadas.

A experiência retratada neste artigo faz um recorte da história e do processo de algumas jovens inseridas em um projeto de formação para educação no trabalho em uma das quatro turmas compostas por moças e rapazes. O projeto funciona na cidade de Contagem, Minas Gerais, atende jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, tem duração de oito meses e utiliza a metodologia participativa problematizadora. Tem como proposta, ao fim do processo, a transformação dos jovens em protagonistas de seus destinos.

O trabalho da clínica possibilita atender grupos de indivíduos que se formam para construir, juntos, possíveis saídas para as vivências contemporâneas. O facilitador desenvolve, ao longo do seu propósito de desconstrução e reconstrução de conceitos, atividades relacionadas a diversos assuntos que, em sua maioria, trazem convergência de opiniões, transformando perspectivas.

As oficinas parecem brincadeiras e à medida que o tempo passa, as jovens vão percebendo o quanto diferentes estão suas atitudes com os colegas, os amigos, a família, o parceiro(a), os professores, os supervisores e suas relações em geral.

Para alcançar essas mudanças, existem etapas e barreiras a serem vencidas. A procura do caminho a seguir começa por descobrir a própria identidade, pois não há como começar um processo de transformação pessoal sem antes analisar os desafios e as habilidades próprias. É a

partir desta proposta, propicia-se a descoberta de que é possível encontrar o bem-estar no trabalho, apesar das dificuldades nas inter-relações.

A metodologia participativa problematizadora deixa claro às participantes que é preciso atitude, respeito, vontade, desejo, ânimo e querer ser. A desconstrução e a reconstrução de cada conceito que aparece possibilitam ao sujeito do grupo a chance de perceber que é possível acrescentar ou subtrair alguma coisa em sua crença nas relações com as pessoas que o cercam, com o trabalho, com a família e com os seus relacionamentos.

Percebe-se a mudança de perspectiva das jovens quando são colocadas a refletir diante de cada oficina. A dinâmica e o objetivo das oficinas conseguem fazer as jovens conscientizar-se como sujeito autônomo e capaz.

O facilitador põe-se como coadjuvante, trabalhando desafios, atividades de reflexão e também com uma dose de diversão. Desta forma tiram-se muitas conclusões.

O olhar clínico permite identificar a singularidade, a história, o potencial, a libido, o entusiasmo e o desejo de mudança. Aparece a cena de conflito, pontuam-se questões, possibilitando a irrupção da angústia e os efeitos e desdobramentos destas intervenções; ao mesmo tempo, em que uma identidade coletiva se vai desenhando. O processo pode ser lento, fragmentado, dependendo das variáveis de cada jovem.

As participantes são convidadas a trazer momentos, eventos, desafios, descobertas e realizações que vivenciaram ou ainda irão vivenciar em suas vidas. Descubrem-se lideranças, habilidades específicas e questões existenciais. O facilitador orienta o trabalho de reflexão sobre todas estas questões.

As jovens não acreditavam que as mudanças de atitudes e sua própria força poderiam fazer tanta diferença para enfrentar os problemas, descobriram nas oficinas que podem desejar e realizar. As aprendizagens e as vitórias acontecem, às vezes, sem que o sujeito se dê conta de que está mudando sua realidade. Estas jovens não acreditavam nas próprias

transformações e na força que possuíam para enfrentar os problemas. Descobriram ao longo das oficinas que têm um potencial e que podem buscar sempre fazer o melhor em seu trabalho e em suas relações. Sabem posicionar-se e agora estão conscientes de suas escolhas.

As perspectivas são boas e o apoio familiar se faz necessário, mas nem sempre a família é um grupo de acolhimento. Diante dos obstáculos nesta etapa da vida, os cuidados com as escolhas a se fazer e o grau de dificuldade em realizá-las se tornam um desafio. Em muitos momentos, o facilitador se vê diante de demandas individuais em uma oficina de grupo. Nestas horas a percepção do facilitador é decisiva, dando um acolhimento mais especializado que mostre algumas saídas para estas situações específicas.

As oficinas de grupo proporcionaram às jovens a descoberta do Projeto de Vida, o que permitiu reconhecer suas ideias e assim começar a executá-las. Com o planejamento, descobriram que podem chegar mais rápido ao seu objetivo.

Os encontros tiveram um resultado terapêutico, a angústia pelo sofrimento da descoberta descortinou o futuro e as possibilidades que a vida oferece, entendendo a determinação de uma postura individual, clara e objetiva. Foi preciso vencer os medos e as influências negativas na confiança de que é possível a mudança para melhor, ao deixar os ganhos secundários para trás e avançar nas escolhas acertadas que conduzem ao prazer do sucesso e do crescimento.

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. *Estórias de Quem Gosta de Ensinar*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1984. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984. (Coleção Leitura).

8. Círculo como caminho de transformação da mulher

Fátima Tolentino¹

“O espaço terapêutico é o lugar sagrado onde se realiza o nascimento de um novo ser e o caminho para o encontro com o Self.”

(Raissa Cavalcante)

Como símbolo universal de unidade e proteção, o Círculo, essencialmente feminino, um grande útero universal, acolhe cada mulher que forma a sua circunferência como um ser único e diferenciado, proporcionando um sentimento de pertencer e ocupar o seu lugar no mundo. Ao mesmo tempo, o seu caráter acolhedor favorece a confiança mútua, dando um sentido de coletividade, de inclusão e de participação no todo.

Percebo o Círculo como uma nova forma de manifestação do feminino, que nos faz retornar às nossas vísceras, às nossas raízes ancestrais. Enquanto estivermos somente na intelectualidade, não conseguiremos ser a mudança que queremos e merecemos que aconteça! E o Círculo das Mulheres tem sido uma experiência viva do despertar dessa nova consciência.

“Vivi com aquele grupo um resgate de alma, um renascimento. Fui deixando para trás pedaços de mim que me torturavam, sentimentos de não pertencer a lugar nenhum, de estar fora. Hoje sou outra mulher. Inaugurei uma nova etapa de vida, pois passei a escutar a mim mesma.”²

¹ Psicóloga Clínica e Organizacional – CRP/MG 3278.

² Depoimentos de uma participante do Círculo das Mulheres.

“O Círculo das Mulheres me fez perceber como sou diferente do que a sociedade me cobra. Estava esfacelada, infeliz e repassando essa infelicidade. Saí do Círculo com a sensação de cura, de estar mais inteira, mais feliz e com muito mais valor.”³

Os papéis da mulher contemporânea ainda se encontram muito misturados, dificultando a sua expressão feminina no mundo. Nos Círculos, podemos enxergar uma pequena luz que nos dá a esperança de mudanças muito profundas.

Pode parecer surpreendente que haja ainda necessidade, neste início do século XXI, de falar do poder feminino e da libertação da mulher. No entanto, quem trabalha como terapeuta está constantemente em contato com mulheres que não conseguem negar as dúvidas, as queixas, os bloqueios e os sofrimentos que ainda existem no mais profundo do seu ser, nas suas famílias e na sociedade atual.

As mulheres passam por profundas dúvidas sobre o seu verdadeiro papel existencial, e a falta de respostas pode frequentemente deixá-las à beira de grandes crises, nas quais surgem patologias, tanto físicas como psicológicas. Também procuram equilibrar-se como mulheres, no mundo das mulheres e dos homens, preocupando-se com o papel que aí desempenham, numa tentativa inconsciente de contrabalançar o feminino e o masculino internos.⁴

Parafraseando Nathalie Durel Lima, vejo essa revelação como um dos sofrimentos na nossa sociedade, visto que se encontra constantemente presente nas expressões das participantes do Círculo das Mulheres, as quais devemos acolher e tratar de forma construtiva, pois revelam a insatisfação e ao mesmo tempo um desejo de evolução no sentido de mudança e aquisição de novas posturas.

³ Depoimentos de uma participante do Círculo das Mulheres.

⁴ LIMA, Nathalie Durel. *O Feminino Reencontrado* (Contracapa), 2007.

“É inegável que as mudanças que tenho feito na minha vida para conseguir alcançar, no meu dia a dia, uma postura mais coerente com meu discurso, levam-me a refletir de forma mais profunda sobre a ideia do ser feminino, de ser mulher no século XXI, de fazer escolhas do tipo: de ser ou não ser mãe; casar ou não casar; de ter um trabalho bem remunerado; de ter voz no meio das pressões; de assumir o meu feminino sem ser vulgar. Eu tenho consciência de que estou na contramão da maioria e que meu caminho não é e nem de longe desejado por muitas mulheres.”⁵

O feminino não pode mais limitar-se à passividade, à receptividade e ao maternal. Descortinar e expressar a capacidade ativa, iniciadora e transformadora que está presente em nossos ciclos de morte e vida mudará essa história. O estado de vítima não nos salvou, nem nos salvará.

O papel arquetípico da nova feminilidade é que sejamos sacerdotisas da plenitude da existência assim como ela é, com a sua riqueza e a sua escassez, com riscos e erros, com alegrias e dores. A mulher do amanhã precisa estar aberta e sintonizada com suas oscilações e diretrizes intuitivas, reconhecendo o seu poder de criar, cuidar e proteger, mas também de expulsar e destruir em favor do nascimento do novo.

“Fui ao centro do círculo e falei da minha dor. Fiz uma dança e fui me sentindo leve, alegre, com a sensação de que algo havia voltado para mim. O Círculo me acolheu. Não há lógica, não há complicações, simples assim. No dia 18 de novembro de 2007, eu renasci para a vida, parida por mim mesma, fui acolhida nos braços calorosos do Círculo das Mulheres.”⁶

Para Jung:

“Este centro não pensando como sendo o ‘eu’, mas, se assim se pode dizer, como o ‘si mesmo’. Embora o centro represente, por um lado, um ponto mais interior, a ele pertence também, por outro

⁵ Depoimento de uma participante do Círculo das Mulheres.

⁶ Depoimento de uma participante do Círculo das Mulheres.

lado, uma periferia ou área circundante que contém tudo quanto pertence a si mesmo, isto é, os pares de opostos, que constituem o todo da personalidade.” (p. 352)⁷.

Ainda, de acordo com Von Franz:

“O círculo (ou esfera) como um símbolo do ‘Self’ expressa a totalidade da psique em todos os seus aspectos, incluindo o relacionamento entre o homem e a natureza [...] ele indica sempre o mais importante aspecto da vida: sua extrema e integral totalidade.” (2002, p. 246)⁸.

O centro da roda é demarcado, representando simbolicamente o centro de cada mulher. Por essa centralidade do círculo, as mulheres podem experimentar a si mesmas sem projeções, facilitando o movimento das relações sem perda do equilíbrio. Retiradas as projeções, os jogos de poder e os julgamentos que geram competição e conflitos perdem a força, proporcionando uma integração grupal harmoniosa, pacífica e fraterna, sem perder a sintonia com a sua individualidade. Uma experiência única e singular que ameniza a dor e a frustração coletiva proveniente da construção e sustentação de um modelo patriarcal e masculinizado que, há décadas, sufoca, apaga e destrói a essência feminina da nossa existência. Nós, as mulheres contemporâneas, temos um grande desafio: o de restaurar e curar o feminino distante, ferido e apagado pelos valores do êxito de um modelo masculino que promete a chegada ao topo, à salvação que, na verdade, é tão distante daquilo que gostaríamos de alcançar.

A experiência obtida nestes anos de trabalho em que vivenciamos a energia circular parece que vem recriando dentro de cada uma de nós esse espaço de unidade perdido durante décadas que as mulheres foram guiadas pelas forças masculinizadas. Isso parece ter provocado em nós uma ruptura psíquica que, por sua vez, rompeu também com o sentimento

⁷ JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, 2002.

⁸ VON FRANZ, M. L. Processo de individuação. In: JUNG, C.G. *O Homem e seus símbolos*, 2002.

de unidade com o todo, gerando essa devastação que estamos vendo no ambiente que nos cerca.

"No Círculo das Mulheres, experimentei momentos de muita beleza em que me senti tocada e emocionada com as vivências que evocam antigas civilizações; com o encontro de almas femininas que buscam se harmonizar, num mundo cada vez mais materialista e tecnocrático."

"Quando me vi assentada naquela roda escutando as dores e sofrimentos das outras mulheres, vi que não estava só, que, ao contrário, posso viver a irmandade, o sentimento de fraternidade e unidade com outras mulheres. O medo, a desconfiança e a frustração que sentia diante da competição e do sentimento de destrutividade que até então pude experimentar nas inúmeras relações que tenho vivenciado foram aos poucos se desfazendo."⁹

Na verdade, não é fácil ser uma mulher que afirma os seus direitos num mundo de homens, que utiliza uma linguagem de homens, quando ela sente e compreende o mundo como uma mulher, por meio dos valores femininos.

Nestes tempos em que impera a competição, a luta frenética em favor de um tempo que controla, que provoca condicionamentos e cria separações, massacres e todo o tipo de violência, o Círculo de Mulheres canta e celebra a vida, num movimento fluido, leve e amoroso.

O círculo, como símbolo de unidade, forma uma caixa de ressonância libertadora quando trabalhamos pela ancestralidade, pelas gerações de mulheres que foram maltratadas, queimadas, prisioneiras, abusadas e silenciadas. E só quando trabalhamos em nós as sombras e a qualidade do feminino, é que estamos prontas para ajudar outras mulheres.

⁹ Depoimentos das participantes do Círculo das Mulheres

Acredito, com base nos relatos de experiência de algumas mulheres, que o Círculo não é um evento, uma jornada, uma simples roda de mulheres falando e dançando, mas é um modo de viver que vamos adotando nessas experiências.

“A nossa roda não é moda! O Círculo das Mulheres é uma roda que dirigirá um grande veículo Sagrado da libertação do feminino na alma dos seres.”

“O encontro com o centro do círculo dentro do Círculo é uma alegria permanente com o encontro do indefinível espaço macio e pacífico dentro de mim.”

“O Círculo das Mulheres é um evento muito peculiar, em momento superespecial da história do feminino na evolução da humanidade. Faróis do despertar dessa nova consciência: alma e razão, conhecimento e sabedoria, beleza e coração. Esse trabalho me faz sentir sujeito e participante do mundo melhor que sonhamos.”

“Nas rodas de mulheres, nós nos fazemos deusas, maquiemos nossos rostos, fazendo brotar o brilho e o esplendor na nossa essência feminina, mas também expressamos nossa face sombria, escura, furiosa, magoada e vamos cuidando das nossas feridas expostas e malcheirosas com o bálsamo do amor.”¹⁰

Em Círculo, abrimos portas e estimulamos a passagem de novos trabalhos e renovados propósitos, circulando as fronteiras limitantes das nossas mentes condicionadas e fragmentadas. Abordamos o feminino e os seus condicionamentos. As suas origens e como conseguimos chegar a tanto desconhecimento acerca de nós próprias. Apresentamos as diversas deusas, dando ênfase às gregas representantes do feminino esquarterado pelo patriarcado; as suas feridas, mas também as suas qualidades. Os arquétipos e os mitos serão o nosso alicerce para clarificar quem somos, no meio das ruínas subterrâneas do nosso inconsciente. O conhecimento da nossa ancestralidade nos leva a fortalecer as nossas

¹⁰ Depoimentos das participantes do Círculo das Mulheres

raízes, mas também nos mantém dentro da nossa própria história quando nos tornamos conscientes de comportamentos e atitudes que trazemos da nossa herança familiar, falamos da sexualidade e dos ciclos da natureza, festejamos e celebramos a nossa existência com as danças, cantos e as artes.

As questões da alma feminina não podem ser tratadas tentando esculpi-la de uma forma mais adequada a uma cultura inconsciente, nem é possível moldá-la até que tenha um formato intelectual mais aceitável para aqueles que alegam ser os únicos detentores do consciente. Não. Foi isso o que já provocou a transformação de milhares de mulheres que começaram como forças poderosas e naturais, em párias na sua própria cultura. Na verdade, a meta deve ser a recuperação e o resgate da boa e bela forma psíquica natural da mulher. (ESTES, Clarissa Pinkola).

Na realidade, este é o ponto fulcral da nossa caminhada. Aprender quem somos de verdade, depois de milhares de anos de patriarcado que alteraram a nossa essência primordial, e o que levou à nossa submissão, a qual Nathalie Durel chama de “inconscientemente consentida”. Chegou o momento de sairmos do papel de “princesinhas frágeis e indefesas”.

Vivemos numa sociedade na qual tudo precisa ser rápido. Infelizmente, tenho uma má notícia: não esperem aprender a conhecer-se e libertar-se por meio de uma terapia *fácil e rápida!* Não podemos enfrentar o trabalho interior como uma comida *fast-food* ou uma porção mágica que tudo vai transformar da noite para o dia. Nos Círculos, a experiência com um caminhar lento e profundo, tipicamente feminino, justifica o esforço efetuado, as lágrimas derramadas, o mergulho profundo nas águas desconhecidas do nosso inconsciente, desbravando cavernas e passagens estreitas. Estamos assentadas em círculo e isso faz uma grande diferença, pois precisamos abandonar a postura hierárquica que nos conduziu sempre aos últimos lugares das fileiras e nos silenciou ou nos orientou a brigar e competir para alcançar nossos espaços a duras penas. Assumir um modo de ser feminino num mundo que exige ações masculinizadas não é fácil. Mas assim que conseguimos dar os primeiros

passos, tudo se torna mais tranquilo, e a satisfação de nos sentirmos mais seguras e mais felizes deixa-nos com vontade de ir mais além.

Cada vez que ocupamos nosso espaço no coração do Círculo das Mulheres, assumimos essa nova atividade feminina que começa a se formar, crescer e amadurecer internamente para depois se manifestar no plano externo.

O círculo nos aproxima da fonte vital, do vaso arquetípico infinito que nos oferece a honra de experimentar as nossas polaridades sem nos deprimir, nem nos exaltar, mas mantendo uma atitude amorosa e acolhedora, unindo-nos à grande comunidade de buscadoras da verdadeira fonte essencialmente feminina.

Acredito que essa nova consciência pode lançar-nos em ondas para o salto coletivo da grande transição tão almejada, num rito de celebração e alegria que contagiará os corações daquelas que ainda não puderam despertar.

Referências bibliográficas

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Nathalie Durel. *O Feminino Reencontrado*. Portugal: Ariana, 2007.

VON FRANZ, M. L. Processo de individuação. In: JUNG, C.G. *O Homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ISBN 978-85-98515-03-8



9 788598 515038



www.crpmg.org.br